



Código de  
autenticidade  
**999999999**

## DECLARAÇÃO

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, é a associação de direito público representativa dos Engenheiros Técnicos, com estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, certifica que o(a) Senhor(a):

### NOME DO MEMBRO

se encontra em efectividade dos seus direitos estando autorizado(a) a usar o Título Profissional de Engenheiro(a) Técnico(a), nos termos do n.º 1 do art.º 1.º conjugado com a alínea a) do art.º 2.º dos seus Estatutos, aprovados pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro, encontra-se inscrito nesta Ordem, com o n.º de membro efectivo **NUMERO**, integrando o Colégio de Engenharia na **ESPECIALIDADE** estando habilitado(a) a praticar os respectivos actos de engenharia.

Está integrado na Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional n.º 207060194, da Companhia de Seguros Victória, com a cobertura de € 10 000,00, de que a OET é titular.

Esta declaração é válida para um único ato de engenharia e contém uma certificação digital que deve ser sempre verificada pelas entidades receptoras.

Esta declaração destina-se a dar cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, tendo em conta o Regulamento n.º 549/2016, de 03 de julho (Atos de Engenharia da OET).

Esta declaração, nos termos do previsto no Artigo 2.º do Decreto – Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, aplica-se ao regime excecional e temporário, que prevê a dispensa da observância de determinados requisitos resultantes dos regimes jurídicos em vigor, nas operações urbanísticas de reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

Mais declara que o(a) mesmo(a) Engenheiro(a) Técnico(a), em edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção, dispõe de qualificação adequada para, nas condições definidas no Artigo 4.º do Decreto – Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, elaborar e subscrever projetos de instalações de infraestruturas de telecomunicações, que apenas venham a garantir a ligação das redes e infraestruturas públicas de comunicações do exterior do edifício até ao interior do mesmo, bem como a ligação, a uma das divisões secas de maior dimensão de cada fração, de redes de tubagem necessárias para a eventual instalação posterior de diversos equipamentos, cabos e outros dispositivos e sistemas de cablagem em pares de cobre, cabo coaxial para distribuição de sinais sonoros e televisivos do tipo A e em fibra ótica.

Declaração emitida em 2018-10-26 21:19:17, com o nº de emissão 12000. Documento certificado digitalmente em <https://www.oet.pt>

Esta declaração destina-se a PROCESSO localizado na MORADA. COD\_POSTAL LOCALIDADE

Documento acessado a partir da INTERNET em 2018-10-26 21:19:17, sendo válido por 6 (seis) meses. | Emissão:

Modelo: M188C | N.º Registo: E-99999/2018

As entidades licenciadoras (Câmaras Municipais, IMPIC, ANACOM, DGEG e outras) podem, a todo o momento, aceder ao site da OET em <https://www.oet.pt> para a verificação da qualidade de membro da OET e a autenticidade da declaração, introduzindo o código de autenticidade ou utilizando uma aplicação que leia o QR Code apresentado no canto superior direito desta declaração.

Conselho Directivo Nacional

OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos

Secção Regional dos Açores

Praça Dom João da Câmara, n.º19  
1200 - 147 LISBOA

Pág. 1/1

Telf. 213.256.327 | Fax 213.256.334 | e-mail: [cdn@oet.pt](mailto:cdn@oet.pt)